RESOLUÇÃO CGE/MS N. 110, DE 26 DE JULHO DE 2024.

Aplica penalidade à empresa Compnet Tecnologia Ltda., e dá outras providências.

Publicada no DOE n. 11.569, de 29 de julho de 2024, pág. 3-4.

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXI do art. 13-A da Lei Complementar Estadual n. 230/2016, bem como considerando o disposto na Lei Federal n. 12.846/2013 e no Decreto Estadual n. 14.890/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Acolher, parcialmente, o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, designada pela Resolução "P" CGE/MS/Nº 069, de 08 de setembro de 2020 (DOE n. 10.274, de 9 de setembro de 2020, págs. 127-128), constante do Processo Administrativo n. 53/000055/2020.

Art. 2º Aplicar à empresa COMPNET TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ n. 14.164.094/0001-49, as penalidades de: a) **multa**, no valor de R\$ 11.382.146,67 (onze milhões, trezentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos), com amparo no inciso I do art. 6º; e b) **publicação extraordinária da decisão condenatória**, nos termos do inciso II do art. 6º, por infringir o disposto na alínea "d" do inciso IV do art. 5º, todos da Lei Federal/Nacional n. 12.846/2013.

Art. 3º Em relação às penalidades aplicadas, estabelecer que:

I - a multa deverá ser quitada em até 30 (trinta) dias da data do trânsito em julgado da presente decisão, e o seu inadimplemento acarretará a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado, nos termos do art. 35 do Decreto Estadual n. 14.890/2017;

II - a publicação extraordinária da decisão condenatória deverá ocorrer na forma do disposto nos incisos I a IV do art. 37 do Decreto Estadual n. 14.890/2017, em, no máximo, 30 (trinta) dias do trânsito em julgado, mediante publicação do extrato da decisão condenatória, às expensas da pessoa jurídica:

a) no Diário Oficial do Estado;

b) em veículo de comunicação de grande circulação;

c) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local do exercício da atividade, de modo visível ao público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

d) em sítio eletrônico da própria pessoa jurídica, em destaque na página principal do referido sítio, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º Cientificar a pessoa jurídica interessada quanto à possibilidade de interposição de recurso administrativo, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta decisão, conforme art. 22 do Decreto Estadual n. 14.890/2017.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 26 DE JULHO DE 2024.

CARLOS EDUARDO GIRÃO DE ARRUDA
Controlador-Geral do Estado